



COLÓQUIO/Letras

ISSN: 0010-1451 - Página principal / Homepage: <https://coloquio.gulbenkian.pt>

[Recensão crítica a 'Obra Poética', de Manuel Alegre]

Manuel G. Simões

Para citar este documento / To cite this document:

Manuel G. Simões, "[Recensão crítica a 'Obra Poética', de Manuel Alegre]", *Colóquio/Letras*, n.º 159/160, Jan. 2002, p. 445-446.

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

representada» («Representações», p. 384). Em «Erda» (*O Pianista*), a ambiguidade entre «sono» e «sonho» é realçada por um desejo de absoluto, de pureza da expressão poética, por um verdadeiro pensamento do poema-teia de aranha: «O sono é uma teia o / sonho aranha O sono é / o sonho / a aranha é a teia // [...] // Aranha da penumbra do / tempo terra teia / quero voltar ao puro / pensamento da teia» (p. 295-6). Esta imagem da teia do poema é anulada pela imagem da água que arrasta e aniquila qualquer pensamento: «os lugares perdidos as margens / por que tentas / prendê-los com a água?» («Embankment», *As Pedras Negras*, p. 388).

A expressão pela palavra embate na enunciação. Gastão Cruz, entendedor de teatro, apreciador de música, põe o poema em cena: máscaras, concertos, a personagem do pianista, outras tantas representações em que «morrem palavras sobre um palco naufrago» («O Teatro das Cidades», *O Pianista*, p. 283). A má consciência do poeta, essa doença erigida em estandarte por um José Gomes Ferreira, traduz-se em Gastão Cruz em poética do cansaço. Nem *spleen* nem melancolia, esse mal existencial atravessa a literatura da segunda metade do século XX. Torna-se um tique quando caracteriza mais uma atitude do que um acto criador, mas em Gastão Cruz o cansaço desenha o tempo e o espaço poéticos.

O tempo é o da morte que se aproxima, lenta mas lancinante, tempo do Outono que se prolonga, do desencanto e da amargura de saber que tudo está, à partida, perdido. O espaço é o do poema-Tejo que «vai passando Lisboa na luz turva / de inverno de humidade já lavada / de novo a luz do rio a vai turvando / de novo acha o inverno a humidade / e novamente o pó com que lavá-la» («Canção Segunda», *Outro Nome*, p. 103). Este prolongamento cíclico e sem fim do Tejo imprime ao poema a forma de uma canção fora do tempo, espiral que se desenrola lentamente ao ritmo aleatório do verso, canção cansada do «pó / que a luz arrasta» (*ibid.*, p. 104). Em tais canções afirma-se a intertextualidade com as de William Blake, de quem o poeta faz figurar as traduções por si elaboradas no seio da sua própria poesia. A espiral pode então ler-se como um reflexo, um eco, e a representação é uma *mise en abyme* deformadora.

Degradação, desastre, formas amorfas, evanescentes, são estas as marcas desse cansaço, contra o qual a morte anunciada parece ser a única manifestação do processo vital: «Estamos vivos e já não temos tempo» («Água e Fumo», *As Pedras Negras*, p. 365). A morte marca com o selo da urgência esta poesia que, paradoxalmente, concede a si própria o luxo da repetição.

Catherine Dumas

MANUEL ALEGRE

OBRA POÉTICA

2.^a edição

Prefácio de Eduardo Lourenço

Lisboa, Publicações Dom Quixote / 2000

Em 1989, Manuel Alegre reuniu nos volumes *O Canto e as Armas* e *Atlântico* a obra poética que publicara até à data, mas profundamente revista, num exercício de auto-exegese incidindo sobretudo nos dois primeiros livros: *Praça da Canção* (1965) e *O Canto e as Armas* (1967). Em 1995, surge nova reunião, *30 Anos de Poesia*, excelentemente prefaciada por Eduardo Lourenço, logo seguida de uma segunda edição, aumentada (1997), que recolhia toda a poesia até *Sonetos do Obscuro Quê* (1993), e incluía alguns inéditos e poemas dispersos por jornais e revistas. A actual *Obra Poética* (1.^a ed., 1999), que reproduz o prefácio de Eduardo Lourenço, abrange todo o material da edição precedente e os novos textos entretanto dados a lume: *Coimbra nunca Vista* (1995), *Alentejo e Ninguém* (1996), *Che* (1996), *Pico* (1998), à excepção de *Senhora das Tempestades* (1998), colectânea precedida por um ensaio iluminador de Vítor Aguiar e Silva, incluída apenas nesta segunda edição.

A *Obra Poética*, de Manuel Alegre, atrás descrita na sua orgânica configuração cronológica que pressupõe um inusual sucesso de público, proporciona uma experiência de leitura muito diferente das colectâneas originais. Estamos perante um evento cultural de natureza diversa: o prazer do texto surge agora de outro modo, fornecendo outros efeitos de compreensão através da «viagem» pela pluralidade de caminhos, rotas, experiências e peripécias que se explicam na ética e na poética do A. Compreende-se que as datas contam, estando cada texto ligado, ainda que por nexo quase imperceptível, a um contexto epistemológico; mas tem mais «peso» a homogeneidade eventualmente apercebida ao longo das «experiências» escriturais de Manuel Alegre, sobretudo pela possibilidade de motivos porventura distantes dialogarem no interior do conjunto, fornecendo ao mesmo tempo, de modo mais profundo, elementos de interdiscursividade patente ou latente — no fim de contas, o idiolecto específico de qualquer escritor. Deste modo, o leitor dispõe agora da oportunidade de seguir o percurso poético de Manuel Alegre, a complexidade e a evolução de formas e de fórmulas privilegiadas pelo A., cujo fazer poético, em termos de totalização escritural, se afirma quer como dimensão crítica em relação à História quer como dimensão auspiciada de pro-

cura das bases de fixação a um lugar (país, porto, espaço de utopia ou de desejo) que parece perenemente em fuga. A história do Homem é a história da sua consciência; e os seus vértices de intensidade, as suas condensações fortes, fazem parte da obra literária. Escrever significa também reconhecer-se numa tradição, e a História na obra de Manuel Alegre é recuperada através da palavra, chave superna do trabalho poético, mas aqui com a plena consciência de constituir um valor essencial, porque irrepetível, da recuperação e da reatualização da função do Homem no centro da História e do mundo e das suas implicações com os mitos-arquétipos propulsores do discurso. Entre muitos exemplos, um dos mais recentes, mas não menos emblemático: «Eu pescador que trago em mim as tábuas / da lua e das marés e o último rumor / de um nome que alguém escreve sobre as águas» («Oitavo Poema do Pescador», *Senhora das Tempestades*, p. 892).

A propósito deste último livro, já Vítor Aguiar e Silva afirmou tratar-se de «um conjunto de poemas que representa uma nova e fúlgida ilha no arquipélago da obra de Manuel Alegre e contém alguns dos seus mais belos, densos, comovidos e dramáticos textos». É claro que não se pode senão concordar: trata-se talvez da suma poética do A., com a expansão textual, a partir de elementos do sagrado que o próprio título explicitamente descodifica, navegando por vertentes do mito, enquanto forma vazia mas densa de significados: «há um poema escrito em página nenhuma / quando caminhas sobre as águas Senhora dos sete mares» (p. 867). De resto, o discurso é percorrido por estilemas já consolidados no tecido poético alegriano («há um país que não existe», p. 868; «tudo em ti é partida tudo em ti é distância», p. 870), embora adquiriram agora uma valência que atinge o enigma do que não é revelado; e por algumas das isotopias distintivas e reconhecíveis, como a da errância, aqui concebida («um mar por dentro um mar de dentro um mar / no pensamento», p. 878) de forma radicalmente absoluta, como é possível reter neste belíssimo segmento: «Há um eu errante e mareante / não mais que um signo / um batimento / um coração polar / algo que tem a cor do gelo e do antártico / e sabe a sul a medo a tentação / uma irremediável navegação interior / um navio fantasma amor fantástico.» Trata-se de uma isotopia que atravessa toda a poesia do A., a do «eu errante» ou mito de Ulisses na sua função ontológica mas também gnoseológica, pois há a percepção dos limites do conhecer.

Como toda a grande poesia, a *Obra Poética* de Manuel Alegre oferece a possibilidade de visão global e instantânea de formas de sentido concentradas e que, como tal, possuem

uma grande densidade polissémica. É por este motivo que a crítica continua a interpretar os clássicos e a reconduzi-los para novas fronteiras interpretativas.

Manuel G. Simões

JOÃO MIGUEL FERNANDES JORGE

BELLIS AZORICA

Col. Poesia

Lisboa, Relógio d'Água Editores / 1999

Os Açores são na obra de Fernandes Jorge o território de eleição. Dedicou-lhes dois livros de poesia, este que é de factura excepcional e *Terra Nostra* (1992), que o não é. Os Açores não são todavia o local, se não como optados e preferidos. A eleição do termo é uma adopção de pai, de mãe e de pertença, que vai do núcleo para a periferia ou do centro para as margens, num movimento acaso desdobrável na biografia. Prefere-se o que se é, mas qualificado no deslido e na dobra. Cito a segunda epígrafe: «Açoreanos me chamassem açoreano / e a esse tão antigo rosto português / me trouxessem», a qual prolonga em frase, e logo explana, um fragmento das *Saudades da Terra*, assentado como primeiro cabeçalho, e em jeito de provérbio suficiente: «sobre a face da terra, somos». A competência do brocardo não é tal que não proporcione o ser como tópico e de pronto *topos* — e enfaticamente pela separação entre o complemento local e o verbo, arrancada à gramática por uma vírgula. Posto se afigure rosto de livro, ser é circunstância de ser, tal como toda a poesia é de circunstância, segundo reza o escatocolo pedido a Goethe (p. 114). Os dois protocolos ligam-se obviamente pelo «rosto», que no segundo é «português» e «antigo» e no primeiro é da «terra». A antiguidade é inicialmente dada pelo latim, tanto o de *Bellis Azorica* como já o de *Terra Nostra* (este designando também um produto comercial da região autónoma). Depois, nessa ancestralidade que é terra e rosto repica o sino da minha aldeia.

Importa ver que o encontro de uns objectos médios e principais se faz por deslocamentos de escrita e linguagem, que levam alguém, moço e menino, a longes terras íntimas. Avulta a catacrese «imprópria», que conduz a palavra perfeita ao objecto correcto e imaculável: «Entre a Fajã dos Cubres e a Caldeira de Santo / Cristo fica uma pequena aldeia abandonada — / eu sei, a palavra aldeia não faz parte da / geografia açoreana, mas é uma das palavras mais / perfeitas do português» (p. 111).

A identidade pela origem e pelo rosto parece excelente a certificar um descritivismo que